

ESTÉTICA, ÉTICA E LITERATURA

TEREZINHA TABORDA MOREIRA*

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais – PUC Minas.

A

palavra estética vem do grego *aesthetikós*, *aisthesis* e quer dizer, para os gregos, do mundo sensível ou sensação. Como disciplina filosófica, a estética surge na metade do século XVIII, quando Alexander G. Baumgarten a define como disciplina do conhecimento sensível. A partir daí, ela vai ser associada a questões conceituais relacionadas à natureza do belo e aos fundamentos da arte, privilegiando aquilo que é comum ou universal a todas as experiências de natureza estética sem dedicar-se a descrever o significado de determinadas experiências específicas.

No pensamento filosófico, a estética aparece, inicialmente, com sentido negativo. Platão, na **República**, defende que o mundo sensível não produz o verdadeiro conhecimento. Para o filósofo, a *eikasía* (imaginação) é o primeiro grau do conhecimento e se refere a uma cópia ou simulacro da coisa sensível. No pensamento de Platão a arte oculta o verdadeiro, produz uma espécie de ilusão e não pode melhorar o homem, o que leva o filósofo a banir os poetas da *pólis*.

Até o século XVIII, a estética ficará associada ao culto da aparência, à superficialidade, o que provocará sua reprovação pela moral burguesa. Ela começará a ser cultivada como a ciência do belo entre os filósofos e pensadores alemães apenas com a publicação da **Estética** (escrita entre 1750-1758), de Baumgarten, a qual trata do conhecimento sensorial que ambiciona a apreensão do belo e se expressa nas imagens da arte, em contraposição à lógica herdada do racionalismo francês, tida como ciência do saber cognitivo. Explicamos Edgar Roberto Kirchof (2003) que a estética baumgarteniana propõe, como seu objeto, um tipo específico de cognição que, definido

à luz da tradição filosófica grega, é concebido como um conhecimento perceptivo, análogo aos efeitos da obra de arte, expresso linguística ou semioticamente, equivalente ao belo. Diferente da cognição lógica, “seu objetivo não é transcender os fenômenos, mas, pelo contrário, permanecer entre eles, não remontar até as suas causas, mas apreendê-los como dados imediatos e produzir, diante dos nossos olhos, seu ser e seu modo de ser.” (BAUMGARTEN *apud* KIRCHOF, 2003, p. 30).

Posteriormente às reflexões de Baumgarten, caberá a Immanuel Kant e Friedrich Schiller realizarem a mudança de perspectiva que permitirá compreender a estética como um modo de produzir representações sensíveis que dizem da vida humana.

Na filosofia kantiana, a beleza e a obra de arte são os principais objetos de investigação da estética. Essa conexão resulta do conceito de gosto, entendido como faculdade de discernir o belo, tanto dentro quanto fora da arte. Segundo Kirchof, Kant é o filósofo que estabelece as bases para essa nova maneira de conceber o objeto estético na medida em que trata do juízo estético como juízo de gosto. Por outro lado, privilegiando o belo para explicar o juízo estético, Kant inicia, simultaneamente, um processo de valorização da metafísica do belo. Kirchof explica que quando a estética passa a conceder ao belo mais importância do que à percepção, à retórica e à poética, ela incorpora, em seu domínio, os conceitos metafísicos nos quais a beleza estava envolvida durante muitos séculos de platonismo na história da filosofia ocidental. Isso porque, para Platão, o belo se definia à luz das ideias objetivas, do conhecimento inato, da teologia, sendo discutido no conjunto de conceitos metafísicos como o conhecimento em si, a divindade, a verdade e o bem em si. Embora não predomine na filosofia kantiana, explica Kirchof, essa tendência se fará presente na aproximação que Kant promove entre o juízo estético e a moral. Porém, ela se firmará a partir das teses de Schiller, segundo as quais “a faculdade da sensibilidade nos possibilita a transcendência em direção ao divino ou ao Supremo”. (KIRCHOF, 2003, p. 33).

O pensamento schilleriano sintetizará uma noção que se tornará comum para os filósofos românticos. Isso porque Schiller colocará a disciplina estética sistematicamente sob a aura metafísica em que se encontrava antes o conceito do belo nos sistemas platônicos anteriores ao século XVIII. Schiller busca, na faculdade da sensibilidade, a possibilidade de transcendência em direção ao divino ou ao supremo. E encontra, na obra de arte, o objeto estético ideal para cumprir tal função, visto que, nela, fundem-se a realidade absoluta e a formalidade absoluta, na medida em que a primeira extermina a matéria original e a segunda transforma a forma em fenômeno. Para Kirchof, Schiller acredita que essa síntese realizada pela obra artística aponta para o divino contido no humano. Segundo Kirchof, Schiller acredita ser preciso “educar a faculdade da sensibilidade” (KIRCHOF, 2003, p. 34), e ser a ferramenta mais eficaz para isso a bela arte, que unifica a natureza (definida como a matéria) e a moral (definida como a forma). Schiller afirmaria que o artista busca, no presente, a sua matéria-prima, e na unidade intransformável e absoluta, a sua forma. E concluiria que a forma imutável é o próprio “eu”, ou o sujeito absoluto, composto

de pessoa (imutável/forma) e condição (adquirida do meio externo/matéria).

Ocorre que, desde os finais do século XIX, a ruptura da unidade da razão ocidental permite questionar a oposição entre relativismo estético e universalismo ético. Em decorrência dessa ruptura, a estética passa a dar visibilidade a uma pluralidade de orientações valorativas, a diferentes estilos de vida e a subjetividades descentradas, tornando-se mesmo meio de plasmar relações que foram esquecidas ao longo da história. Ao fazê-lo, acaba rompendo com o potencial explicativo da metafísica, com sua tendência à aplicação de um princípio universal idealizado a contextos distintos, sem considerar as diferenças locais e as idiosincrasias das subjetividades. Isso se deve ao fato de que as normas morais metafísicas, muitas vezes, não articulam a diferença e a diversidade. Afinal, elas resultam de uma tradição moderna que afirma a subjetividade pela dominação da diferença.

No entanto, a existência mesma de contextos diversos, com diferentes formas de representação, leva à valorização de propostas estéticas oriundas de espaços diversificados, por meio das quais cada tradição cultural formula uma resposta aos conflitos que vive. Isso significa que a estética se interpõe ao universalismo racionalizante, conforme nos mostra o próprio Schiller, nas **Cartas sobre a educação estética da humanidade** (1795), quando sugere uma integração entre estética e ética, afirmando que o homem só é plenamente homem quando se entrega ao impulso lúdico, fonte do equilíbrio entre o racional e o sensível. Ao propor o impulso lúdico como uma faculdade estética, Shiller sugere que as forças da imaginação, da sensibilidade e das emoções teriam maior efetividade para o agir do que a formulação de princípios abstratos e do que qualquer fundamento moral.

As ideias de Shiller permitem-nos pensar a relação entre estética e ética no texto literário. Naturalmente, uma ressalva deve ser feita nessa relação no sentido de preservar a liberdade criativa do escritor. Embora não se possa imaginar literatura desprovida de elementos éticos, nem ética desprovida de narratividade, no domínio da ficção a natureza dessa relação é livre, não é condicionada, nem condicionante. O campo literário, com efeito, é um espaço de experimentação, de liberdade de sonhar e inventar mundos até onde as variações imaginativas do autor nos puder levar.

No texto literário, o estético não se opõe ao ético, principalmente quando pensamos que ele pode gerar formas de sensibilidade e de inserção na totalidade da vida, ou novos modos de integração ética que ampliam os entendimentos limitados por uma razão unificadora. Além disso, no contexto atual, as possibilidades de realização estética do texto literário parecem constituir uma forma produtiva de compreender as novas exigências éticas diante da diversidade. Afinal, a estética sempre esteve na contramão do racionalismo, sobretudo aquele que elimina as diferenças e tende à homogeneização.

Desde o desdobramento do movimento iluminista, diferentes projetos culturais e artísticos se debatem contra a universalização e a racionalização. No século XIX, Baudelaire renovou a oposição da

estética contra a moral e a razão retratando o cenário da vida urbana parisiense, com ruas movimentadas e uma multidão que ilustrava os contrastes sociais da cidade de Paris. Baudelaire encarregou-se, com sua poesia, de perceber a beleza particular nos novos tempos e evidenciar, entre os espaços marginais da sociedade, como também entre aqueles que os habitavam, novas formas de ser moderno que, no entanto, não abdicavam da tradição. Antes se constituíam a partir de uma ponte que ligava o contemporâneo ao histórico, o novo ao antigo, o moderno ao clássico.

Pierre Bordieu chama a atenção para o fato de que, quando da publicação de *As flores do mal*, ao ter que responder a processo jurídico por ter escrito o que foi considerado, na época, uma poesia que ofendia a moral social, Baudelaire contribuiu para a autonomia da arte, para que houvesse um “campo artístico e literário” dissociado daquilo que chama de “campo de poder” (BORDIEU, 1996, p. 91), este diretamente vinculado ao poder econômico da burguesia em ascensão na segunda metade do século XIX, que passou a controlar o mundo político, sobretudo através da imprensa e do mercado editorial.

A poética de Baudelaire nos coloca diante de uma proposta de ruptura ética na dimensão da realização estética. Para Bourdieu, ela nos permite ver aquilo que constitui um dos efeitos maiores do funcionamento do mundo literário enquanto campo. Explica o crítico que

É indubitável que a indignação moral contra todas as formas de submissão aos poderes ou ao mercado, quer se trate da precipitação carreirista que leva certos escritores (...) a correrem atrás dos privilégios e honrarias, ou da subordinação às exigências da imprensa e do jornalismo que lança folhetinistas e autores de *vaudevilles* numa literatura sem critérios e sem escrita, desempenhou papel determinante, em personagens como Baudelaire ou Flaubert, na resistência quotidiana que conduziu à afirmação progressiva da autonomia dos escritores; e é certo que, na fase heroica da conquista da autonomia, a ruptura ética é sempre, como bem o vemos em Baudelaire, uma dimensão fundamental de todas as rupturas estéticas. (BOURDIEU, 1966, p. 91).

Vemos que a postura de Baudelaire em favor da autonomia da arte rompe com os acordos de mercado e redimensiona a própria literatura enquanto realização estética que se vincula ao Belo e à conciliação com valores e visões de mundo uniformes. Esse redimensionamento resulta numa dissidência do ponto de vista ético, o que pode ser visto como um alerta da estética baudelaireana para que as sensibilidades sejam desautomatizadas e a literatura possa incomodar, ao invés de acomodar.

Seguindo a trilha aberta pela poética baudelaireana, o século XX assistirá à proclamação das vanguardas estéticas modernas como um momento da afirmação dos valores revolucionários da emancipação individual em todo o mundo ocidental. Num tal contexto, a estética

se associa à possibilidade de reter particularidades que são irreduzíveis ao pensamento racional e uniformizador. Assim, a experiência estética contemporânea traz, ao lado do tradicional, o estranho, a inovação e a diversidade que não podem ser desconsiderados no plano da interpretação e da problematização do agir humano. Daí se reconhecer o estético como um modo de conhecer pela sensibilidade, onde se refugia a diferença.

Curiosamente, vemos, no avanço do pensamento filosófico sobre a estética, como ela caminha, cada vez mais, ao encontro da ética. E embora estética e ética, a princípio, pareçam ser termos que não apresentam aspectos em comum, devemos considerar que o percurso que leva da ingenuidade à criticidade não pode ser feito fora de uma formação em que a estética esteja ao lado da ética.

Esse pensamento sobre a relação entre estética e ética embasa a organização deste número dos **Cadernos Cespuc** de Pesquisa. Aqui se apresentam discussões diversas que, ao mesmo tempo em que ilustram a presença da diversidade no campo dos estudos da literatura, abrem espaço para que o leitor vislumbre o estatuto problemático da literatura na contemporaneidade em razão dos comprometimentos éticos que ela assume com a diversidade.

O leitor encontrará, aqui, estudos que discutem as relações entre estética, ensino e aprendizagem da literatura e constituição da subjetividade; revisitações críticas de conceitos clássicos e de importância fundamental na história do pensamento filosófico e da crítica literária, os quais são retomados a partir de novas correlações; ensaios que focalizam as releituras críticas e dessacralizadoras de textos fundadores da literatura e da metafísica ocidental; análises comparadas que investigam como a construção narrativa de alguns autores sugere uma relação entre elementos musicais e elementos de formação da narrativa, como o ritmo e as metáforas musicais, para levar a leitura literária a enveredar por uma fruição do texto que permita perceber a musicalidade nas combinações sonoras da tessitura narrativa; exercícios críticos que ilustram como o processo de tradução pode alimentar o próprio processo de criação, além de análises de propostas estéticas alternativas às expressões artísticas valorizadas pelo cânone europeu, desenhadas a partir da leitura das obras de autores que, muitas vezes, desenvolveram sua escrita respeitando a interlocução com os fundamentos da modernidade e, ao mesmo tempo, construindo traços diferenciadores que garantissem sua autonomia em relação aos modelos canônicos, como os brasileiros Machado de Assis, Luiz Gama, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Rubem Alves, o uruguaiano Alberto Zum Felde, o nicaraguense Rubén Darío e os angolanos Boaventura Cardoso, José da Silva Maia Ferreira, Cordeiro da Matta e Viriato da Cruz e o moçambicano Mia Couto.

Todos os estudos apresentados nesta edição dos **Cadernos Cespuc** de Pesquisa atestam o poder subversivo da arte, lembrando o pensamento de Theodor Adorno, para quem a arte é “a antítese social da sociedade” (ADORNO, 2008, p. 14), especialmente pela sua capacidade de criticar a razão. Em todos os artigos se evidencia como a produção de autores brasileiros, latino-americanos e angolanos

se contrapõe à lógica dominante da totalidade para permitir a fuga daquilo que aprisiona um saber diferente do saber científico e da lógica da reflexão canônicas.

Segundo Adorno, a identidade estética deve defender o não-identico que, na realidade, é oprimido pela compulsão à identidade (ADORNO, 2008, p. 14). Isso porque a experiência artística possibilita o conhecimento daquilo que é excluído pela lógica do conceito. Assim, pode-se dizer que a força subversiva da consciência estética atua como um turbilhão diante dos efeitos normalizadores da ordem social e moral e cria novas formas de compreensão do mundo.

São essas novas formas de compreensão de mundo que os artigos publicados nesta edição dos **Cadernos Cespuc** de Pesquisa querem mirar. Em todos eles, o olhar dos analistas recai sobre o deslocamento, promovido pelos autores e pelas obras que são seu objeto de estudos, do questionamento ético para o estético, procurando evidenciar como cada escritor elege um modo de enfrentar o caráter restritivo das justificações racionais para expor a fragilidade e os limites de uma ética que pretenda excluir aquelas expressividades estéticas que apontam para outras sensibilidades.

Ao entregar ao público este número dos **Cadernos Cespuc** de Pesquisa, esperamos contribuir com aqueles leitores e estudiosos que buscam, na literatura, não uma leitura conciliatória, em acordo com seus valores e visões de mundo, mas um meio para sofisticar suas sensibilidades, incomodar-se na literatura e romper com a acomodação universalizante que irmana a todos na uniformidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb. **Estética**. A lógica da arte e do poema. Tradução de Miriam Sutter Medeiros. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- BORDIEU, Pierre. **As regras da arte** – gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- PLATÃO. **A república**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução de Valério Rhoden e Antonio Marques. São Paulo: Forense Universitária, 2002.
- KIRCHOF, Edgar Roberto. **Estética e semiótica**: de Baumgarten e Kant a Umberto Eco. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SCHILLER, F. A educação estética do homem. Tradução de Roberto Schwarz e Marcio Suzuki, São Paulo: Iluminuras, 2002.